



# Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

## Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### ÍNDICE

#### - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Instituições financeiras - Liquidação extrajudicial. Legitimidade.  
Falência. Sócio. Liquidante.*

## - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ***Instituições financeiras - Liquidação extrajudicial. Legitimidade. Falência. Sócio. Liquidante.***

O recurso especial em questão foi interposto nos autos de ação de responsabilidade civil ajuizada pelos ex-administradores de instituição financeira (banco) ora em liquidação em desfavor do Bacen e de outra instituição, diante de supostas irregularidades constantes de instrumento particular lavrado entre essa última e a liquidanda quanto à assunção de obrigações previdenciárias. Nesse contexto, há a legitimidade ativa para os ex-administradores ajuizarem a ação, porque, primeiro, há nítido conflito de interesses entre eles, sócios, e o liquidante, que atua em nome e por conta do Bacen, a justificar a legitimidade para pleitear a nomeação de curador especial diante de potencial confronto entre representante e representado. Segundo, existe a legitimação extraordinária a amparar os sócios na busca da indenização em benefício da massa liquidanda, desde que os atos sob ataque tenham causado efetivo prejuízo a seus direitos e interesses, quanto mais se, com a aplicação, no que couber, das regras da liquidação extrajudicial ao decreto falimentar, respondem solidariamente pelos prejuízos causados à instituição e podem ser beneficiados em caso de rateio pelo aumento do acervo da instituição liquidanda; também justifica a legitimação extraordinária dos ex-administradores a permissão de os sócios ajuizarem ação de responsabilidade civil contra os administradores da sociedade devido às supostas irregularidades (arts. 6º do CPC; 34 e 39 da Lei n. 6.024/1974; 36 e 128, I, do DL n. 7.661/1945, e 159, § 7º, da Lei n. 6.404/1976). [REsp 1.021.919-PR](#), Rel. Min. Castro Meira, julgado em 22/6/2010.

[Informativo n. 0440 - Período: 21 a 25 de junho de 2010](#)  
[\(topo\)](#)